



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

Tomada de Posição

Apresentada pelo deputado municipal do Partido Socialista, Júlio Churro Catarino, na reunião extraordinária em 09/11/2013. Aprovada, por maioria, com 14 votos a favor (PS e CDU) e 5 abstenções (PSD).

“Segundo a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, a agricultura continua a ser um motor essencial das zonas rurais, contribuindo diretamente para:

- a melhoria de rendimento dos agregados familiares;
- a ocupação do território;
- o reforço da economia local.

Neste sentido ao Gabinete de Apoio Local de Gavião, compete:

- promover a consolidação do tecido produtivo do Território Municipal;
- acompanhar iniciativas promotoras de crescimento económico;
- diversificar as atividades;
- apoiar a criação de microempresas;
- criar serviços de apoio a população local.

Ao constatar-se que a partir do mês de novembro, a redução do período de atendimento do Gabinete de Apoio Local no Município de Gavião para uma manhã, cerca de 3:30h por semana é insuficiente, irresponsável e preocupante.

Insuficiente porque não é com o encerramento de uma manhã por semana, que se torna este serviço mais eficaz

Insuficiente porque não é com este encerramento que vão realizar uma melhor gestão dos recursos humanos, pensando na população regional e local.

Insuficiente porque este serviço público não pode ser encarado como serviços de candidaturas anuais.

Irresponsável porque os serviços não podem ser avaliados pelo número médio de atendimento.

Irresponsável porque as zonas desfavorecidas, são caracterizadas por uma população envelhecida, com poucas habilitações, uma reduzida densidade populacional, com falta de meios de transporte como é a realidade do concelho de Gavião que tem grande dificuldade de deslocação para Ponte de Sor ou Portalegre.

Irresponsável porque não são quantificados os atendimentos realizados no âmbito florestal, ou até mesmo pelo Gabinete Técnico Florestal, que de forma não oficial, tenta evitar a deslocação noutra dia ao Gabinete de Apoio Local ou até mesmo ao polo de Ponte de Sor ou Portalegre.

Irresponsável porque não é por o número de atendimentos médios que se pode encerrar um serviço fundamental, num local com as características do nosso concelho.

Irresponsável porque com o encerramento não criam nem desenvolvem instrumentos que promovam e facilitam a qualificação e a valorização dos territórios rurais, bem como o desenvolvimento sustentável.

Irresponsável porque não respeitam a população que escolheu estes territórios para viver, mesmo sendo uma região classificada como desfavorecida.

Preocupante porque pode ser a contribuição para o encerramento completo deste serviço público no nosso concelho.

Preocupante porque os nossos agricultores, classificados como praticantes da atividade primária, ficam mais limitados a exercer a sua atividade tão digna.

Ao visitar a página oficial da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, que tem como missão "...ser um serviço de apoio direto, regional e local aos agricultores e seus associados, atuando nas áreas da agricultura, da produção agroalimentar e desenvolvimento rural...", e porque não no âmbito florestal.

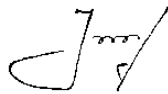
O concelho de Gavião pertence ao polo de Ponte de Sor juntamente com Avis, que corresponde a cerca de 25.425 habitantes.

Em termos de recursos humanos é constituído por 2 técnicos superiores e 4 assistentes técnicos, o que perfaz cerca de 6 técnicos para este polo. Não esquecendo que ainda existem técnicos de Instituto da Conservação da Natureza e Floresta sediados no polo de Ponte de Sor.

Analisando os números, será que não se justifica o aumento de horas de atendimento do Gabinete de Apoio Local de Gavião, em vez de diminuir, seja do âmbito agrícola ou florestal, numa altura, em que por exemplo, entrou em vigor a nova lei de arborização com espécies florestas, que está a ser preparado o novo quadro comunitário de apoio a Agricultura e Florestas, referenciado como instrumento ao desenvolvimento sustentável do mundo rural?

Numa região caracterizada de minifúndio, como o Território Municipal, que só na freguesia de Belver, tem cerca de 13.000 prédios rústicos, é fundamental um serviço público direto e local para combater o abandono do espaço rural, que por coincidência, tem aumentado á medida que os serviços públicos vão sendo reduzidos”.

O Presidente da Assembleia Municipal



(Prof. Jorge Manuel Martins de Jesus)